



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA
RIO DE JANEIRO PORT AUTHORITY

Diretoria de Planejamento e Relações Comerciais
Superintendência de Planejamento e Avaliação
Divisão de Planejamento

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS
E
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

2011

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4º bimestre

ÍNDICE

1 – Valores Aprovados para 2011.....	5
2 – Resumo Técnico-Orçamentário e Recomendações.....	6
2.1 – Situação verificada.....	6
2.2 – Medidas Adotadas.....	7
2.3 – Recomendações.....	7
3 - Descrição da Execução Orçamentária 2011.....	8
Quadro 1.1 – PDG/2011 – Execução.....	8
Quadro 1.2 – PDG/2011 – Usos e Fontes.....	9
3.1 – Recursos.....	10
3.1.1 – Receitas Correntes.....	10
Quadro – Faturamento – 2011.....	11
3.1.2 – Receitas de Capital.....	12
3.2 – Dispêndios.....	12
3.2.1 – Correntes.....	12
Quadro 1.3 – PDG/2011 – Execução por Diretoria e Centro de Custo..	16
3.2.2 – Orçamento de Investimentos.....	18
3.2.2.1 – Créditos para Investimentos.....	18
Anexo I – Detalhamento dos Dispêndios Correntes.....	19
Anexo II – Acompanhamento Orçamento de Investimentos.....	33
Anexo III – Gráficos - Receitas Correntes.....	53
Anexo IV – Gráficos Dispêndios Correntes.....	59
Anexo V – Projetos de Investimentos em andamento – Fonte Tesouro.....	65

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – PDG / 2011

1-Valores Aprovados para o Exercício de 2011

Dispêndios

Em R\$

Decreto	PDG	Correntes	Capital	Total
7.375/2010	Dotação Inicial	260.760.488	125.291.559	386.052.047
-	Reprogramação	454.731.310	158.732.680	613.463.990

Inicialmente o Decreto nº 7.375/2010 aprovou o PDG para o exercício de 2011 no valor de R\$ 386,0 milhões.

Em agosto foi finalizada a reprogramação dos valores do PDG/2011, alcançando um valor total de R\$ 613,5 milhões. Aguarda-se a aprovação do DEST/MPOG e a publicação do decreto autorizativo.

Esse montante é representado pelos Dispêndios Correntes (despesas com pessoal, material de consumo, serviços de terceiros e encargos diversos) e Dispêndios de Capital (amortização da dívida externa e ações de investimentos com recursos próprios e com recursos do tesouro) num total de R\$ 454,7 milhões e R\$ 158,7 milhões, respectivamente.

O detalhamento do Orçamento de Investimentos foi divulgado como Suplemento “B” da Lei 12.381/11 (LOA-11) em 02/03/2011.

No total dos Dispêndios de Capital estão incluídos os Decretos s/nº de 28/01/2011 e de 24/06/2011 e a Portaria DEST/MPOG nº 124 de 01/06/2011, relativos à abertura de créditos adicionais com fonte em Restos a Pagar no total de R\$ 47,1 milhões, e créditos em andamento correspondente a suplementação de R\$ 4,7 milhões e cancelamento de R\$ 5,5 milhões referente a saldos financeiros utilizados em 2010.

Receitas

Em R\$

Decreto	PDG	Própria	Tesouro	Total
7.375/2010	Dotação Inicial	298.981.409	80.058.000	379.039.409
-	Reprogramação	333.200.000	347.728.920	680.928.920

A Receita Corrente inicialmente aprovada pelo Decreto 7.375/10 de R\$ 298,9 milhões, foi reprogramada considerando a efetiva execução de janeiro a junho do exercício, acrescido da projeção de julho a dezembro com base no desempenho do mesmo período de 2010, perfazendo um montante de R\$ 333,2 milhões. Aguarda-se a aprovação do DEST/MPOG e a publicação do decreto autorizativo.

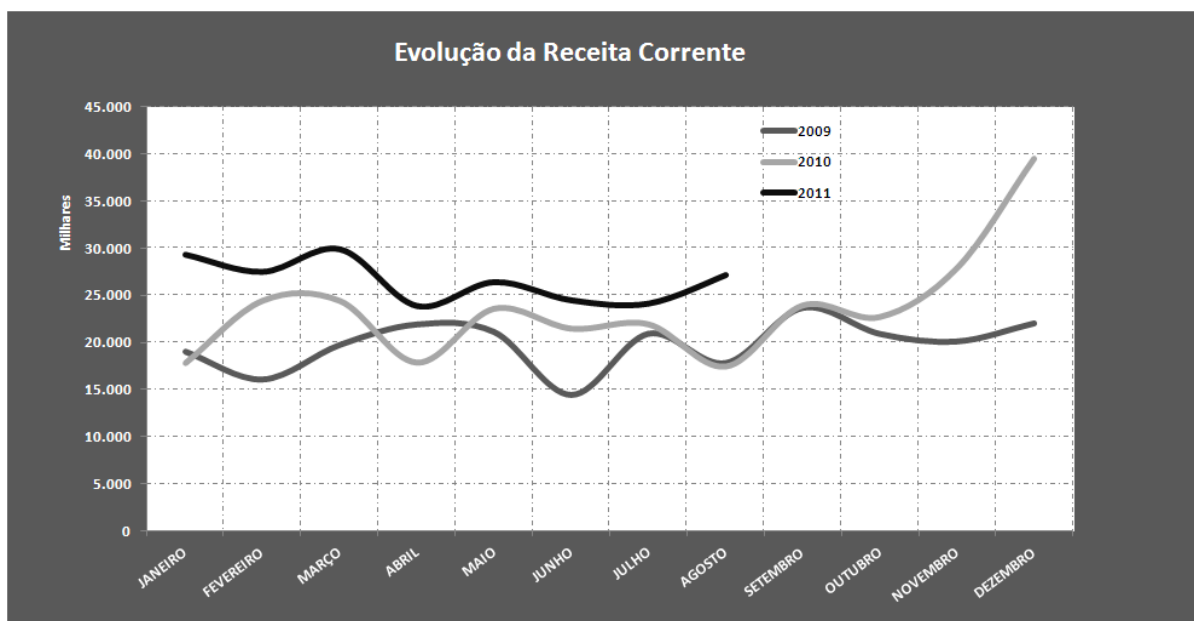
A Receita com recursos do tesouro para Aumento do Patrimônio Líquido foi reprogramado para R\$ 347,7, sendo: R\$ 127,1 milhões para investimentos com recursos do tesouro, R\$ 212,5 milhões para saneamento financeiro (Lei 12.178/2009 e 12.410/2011) e R\$ 8,1 milhões referente ao saldo financeiro do Convênio com a Prefeitura do Rio de Janeiro relativo à construção do novo acesso ao Porto do Rio. Obra concluída e em fase de fechamento da Prestação de Contas do convênio.

Os demais recursos que complementam o PDG são: Variações do Capital de Giro e Disponível Inicial do Balanço, ajustes financeiros do Sistema SIEST/DEST.

2 – Resumo Técnico-Orçamentário e Recomendações

2.1 – Situação verificada.

O faturamento das Receitas Próprias fechou o semestre com uma execução 3% abaixo da meta reprogramada para o período. Conforme gráfico abaixo, a tendência é de recuperação no último terço do ano.



No decorrer do exercício, os dispêndios foram corretamente aplicados no que tange à apropriação orçamentária pelo regime de competência, ou seja, os registros foram feitos no mês da ocorrência da despesa, salvo a apropriação do PIS/PASEP e COFINS.

Considerando que, pelo regime de competência, o montante de recursos disponíveis no período atingiu o valor de R\$ 265,1 milhões;

Considerando que, desse montante, R\$ 15,5 milhões e R\$ 8,1 milhões referem-se a Recursos do Tesouro vinculados a Investimentos, apurados como Saldo Financeiro de 2010 e o Convênio com a Prefeitura do RJ, respectivamente;

Constata-se a capacidade da CDRJ em garantir a totalidade da despesa empenhada (pronta para pagamento) no período, no valor de R\$ 219,9 milhões, apresentando um saldo positivo de R\$ 21,6 milhões. Esse resultado orçamentário favorável foi reflexo do repasse de R\$ 20,0 milhões do governo para sanear dívidas tributárias.

Recursos Disponíveis no ano (Regime de Competência)	265.118.630
(-) Rec Tesouro – Saldo Financ-2010 – Investimentos	(15.458.699)
(-) Rec Tesouro – Convênio Rodoferroviário – Prefeitura RJ	(8.106.751)
(=) Recursos Próprios Líquidos	241.553.180
(-) Custeio (Emp) + Inv. Rec. Próprio (Emp) + Amort. Dívida	(219.943.001)
(=) Saldo Orçamentário Atual	21.610.179

2.2 – Medidas Adotadas:

1 - Mantida a busca pelas áreas, operacional e marketing, quanto a uma perspectiva de entrada de novos recursos;

2 – O contingencimento autorizado pela DIREXE em sua 1937ª Reunião, através da CI-DIPLAN nº 12.146/2011, de 10% da dotação aprovada para as despesas não-continuadas. Cabe salientar, a suspensão em agosto do bloqueio judicial de CIAM/JPMorgan relativo ao leasing, que retirava 40% da receita arrecadada direto no arrendatário. Um pedido de descontingenciamento do PDG encontra-se em elaboração pela DIPLAN.

2.3 – Recomendações

Recomendou-se as Unidades Gestoras (UG) um minucioso planejamento e acompanhamento financeiro/orçamentário das contas sob sua responsabilidade, que permita aos gestores o perfeito atendimento das despesas a executar constantes de suas respectivas metas de gestão, informando à SUPLAN/DIPLAN sempre que oportuno ou solicitado, quando da necessidade de execução de despesas não previstas na Programação aprovada, pois o desconhecimento das UGs de suas reais necessidades de dotações é a principal causa de desequilíbrio orçamentário entre recursos de geração própria e os dispêndios correntes.

Recomendou-se a busca pela SUPFIN de metodologia que possibilitasse uma arrecadação mais eficiente dos recursos próprios.

Recomendou-se também, o envolvimento das respectivas unidades gestoras ou geradoras de despesas quanto ao cumprimento das metas orçamentárias estabelecidas para Companhia, nas quais recai a fiscalização dos órgãos de controle do governo (TCU / CGU / DEST) cobrando justificativas de sua não execução.

Alertou-se que de acordo com as normas gerais de Finanças Públicas e da Lei de Responsabilidade Fiscal, é vedada a assunção de despesas sem a contrapartida de recursos (valor orçamentário aprovado) que as atendam. E conforme disposto no inc. IX do art. 10 da Lei de Improbidade Administrativa, “É ato de improbidade administrativa: ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento”.

3 - Descrição da Execução Orçamentária/2011

1.1 - Quadro PDG/2011

QUADRO RESUMO EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA /2011
Execução Orçamentária - janeiro a agosto de 2011

Execução Orçamentária - 2011 (janeiro a junho)	Reprogramação - PDG/2011 e Outros(*)	COMPROMISSADO até ago/2011	DIFERENÇA	%	Realizado até ago/11	%
	(A)	(B)	(A) - (B)	(B)/(A)	(C)	(C)/(A)
DESPESA						
1 DISPÊNDIOS CORRENTES	454.731.310	240.055.776	214.675.534	53	215.875.410	47
PESSOAL	141.076.842	79.927.386	61.149.456	57	79.940.908	57
MAT. CONSUMO	1.596.434	575.126	1.021.308	36	336.044	21
SERV. TERCEIROS	66.425.861	35.133.258	31.292.603	53	18.460.553	28
UTIL. SERVIÇOS	9.185.000	7.984.098	1.200.902	87	5.164.578	56
TRIB. ENC. PARAFISCAIS	22.346.886	9.004.628	13.342.258	40	6.338.250	28
JUROS DE FINANC.	654.508	259.598	394.910	40	259.598	40
ALUGUÉIS	1.620.000	995.940	624.060	61	754.907	47
MULTAS E ENCARGOS FINANC	51.497.673	1.921.407	49.576.266	4	1.912.472	4
DIVIDA JUDICIAL TRABALHISTA	21.228.700	11.685.761	9.542.939	55	11.074.956	52
DIVIDA JUDICIAL CIVIL	90.540.347	81.371.306	9.169.041	90	81.397.493	90
ACORDO PORTUS	31.500.000	0	31.500.000	0	0	0
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	17.059.059	11.197.268	5.861.791	66	10.235.650	60
2 DISPÊNDIOS DE CAPITAL	158.732.680	24.700.576	134.032.104	16	4.012.146	3
AMORTIZAÇÃO	1.143.060	493.334	649.726	43	493.334	43
INVESTIMENTOS	157.589.620	24.207.242	133.382.378	15	3.518.812	2
Recursos Proprios	6.902.000	3.643.542	3.258.458	53	1.195.111	17
Recursos do Tesouro	150.687.620	20.563.700	130.123.920	14	2.323.701	2
1- Recursos - 2011	80.058.000	9.323.162	70.734.838	12	0	0
2- Exerc. Anterior/Restos a Pagar	47.064.170	5.616.619	41.447.551	12	361.711	1
3 -Saldo Financeiro Exerc. Anteriores	15.458.699	5.623.918	9.834.781	36	1.961.990	13
4 - Convênio Rodoferroviário (PMRJ)	8.106.751	0	8.106.751	0	0	0
I - TOTAL DAS DESPESAS	613.463.990	264.756.352	348.707.638	43	219.887.556	36

	Reprogramação - PDG/2011 e Outros(*)	Faturado até ago/11	Diferença	%	Arrec até ago/11	%
	(B)	(A-B)				
RECEITA						
RECEITAS CORRENTES	333.200.000	213.026.224,77	120.173.775	64	201.540.149	60
1 REC. OPERACIONAL	312.240.406	182.161.232	130.079.174	58	177.755.152	57
2 REC. NÃO OPERAC.	12.776.614	23.032.363	-10.255.749	180	23.784.997	186
Aluguéis	9.214.007	5.749.021	3.464.986	62	0	0
Outras não Operacionais	3.562.607	17.283.342	-13.720.735	485	23.784.997	668
3 RECUPERAÇÃO VENCIMENTOS	8.182.980	7.832.630	350.350	96	0	0
RECEITAS DE CAPITAL						
4 REC. AUM. PATRIMONIO LÍQUIDO	339.622.170	20.361.711	319.260.459	6	20.361.711	6
Orçamento Investimentos	127.122.170	361.711	126.760.459	0	361.711	0
Custeio	212.500.000	20.000.000	192.500.000	9	20.000.000	9
5 RECURSOS EM MÃOS DE TERCEIROS	8.106.751	8.106.751	0	100	8.106.751	100
Convênio Rodoferroviário (PMRJ)	8.106.751	8.106.751	0	100	8.106.751	100
6 VAR CAP GIRO / VAR DISPONÍVEL	-67.464.931	23.623.943	-91.088.874	-35	23.623.943	-35
II -TOTAL DOS RECURSOS	613.463.990	265.118.630	348.345.360	43	253.632.554	41
Varição de Execução [II (B) - I (C)]		45.231.074				

(*) Decreto s/nº, de 28/01/2011; Portaria Dest/MPOG 124, de 01/06/2011; Decreto s/nº, de 24/06/2011.

1.2 - Quadro PDG/2011 – Usos e Fontes.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS/PDG
Execução Orçamentária - janeiro a agosto de 2011

R\$1,00

Execução Orçamentária - 2011 (janeiro a agosto)							
FONTES				USOS			
	Reprogramação - PDG/2011 e Outros(*)	Rec. Executada	%		Reprogramação - PDG/2011 e Outros(*)	Desp Empenhada	%
Receita Própria	333.200.000	213.026.225	63,9	Pessoal	141.076.842	79.843.709	36,5
Adiant Receita	0	0	0,0	Material de Consumo	1.596.434	336.044	0,2
Sub	333.200.000	213.026.225	63,9	Serviços Terceiros	66.425.861	18.498.139	8,5
Rec Tesouro - Custeio	212.500.000	20.000.000	9,4	Utilidades Serviços	9.185.000	5.164.010	2,4
				Tributos	22.346.886	8.792.660	4,0
				Juros da Dívida Externa	654.508	259.598	0,1
				Outros Disp Correntes	70.176.732	10.962.431	5,0
				Acordo Portus	31.500.000	0	0,0
				Dívida Jud. Trabalhista	21.228.700	11.081.856	5,1
				Dívida Judicial Cível	90.540.347	83.314.339	38,1
				Sub (1)	454.731.310	218.252.787	99,8
				Amortização da Dívida	1.143.060	493.334	0,2
				Sub (2)	1.143.060	493.334	0,2
Total Receitas	545.700.000	233.026.225	42,7	Total Custeio	455.874.370	218.746.121	100,0
				Invest Rec Próprios	6.902.000	1.196.880	30,8
Investim - Rec Tes - LOA 2011	127.122.170	361.711	0,3	Inv Rec Tes - LOA 2011	127.122.170	723.422	18,6
Investim - Tes Sd Finan Ex. Ant.	15.458.699	15.458.699	100,0	Inv Tes Sd Finan Ex. Ant.	15.458.699	1.961.990	50,5
Convênio Rodoferroviário	8.106.751	8.106.751	100,0	Convênio Rodoferroviário	8.106.751	0	0,0
Total Outros Recursos	150.687.620	23.927.160	15,9	Total Investimentos	157.589.620	3.882.292	100,0
Var Cap Giro/Disp Inicial	-82.923.630	8.165.244					
Total do Exercício	613.463.990	265.118.630	43,2	Total do Exercício	613.463.990	222.628.413	219.887.556
(Rec Fatur/Prev Rec%)		43,2%		(Dot Disp/Dot Estimada %)			

(*) Decreto s/nº, de 28/01/2011; Portaria Dest/MPOG 124, de 01/06/2011; Decreto s/nº, de 24/06/2011.

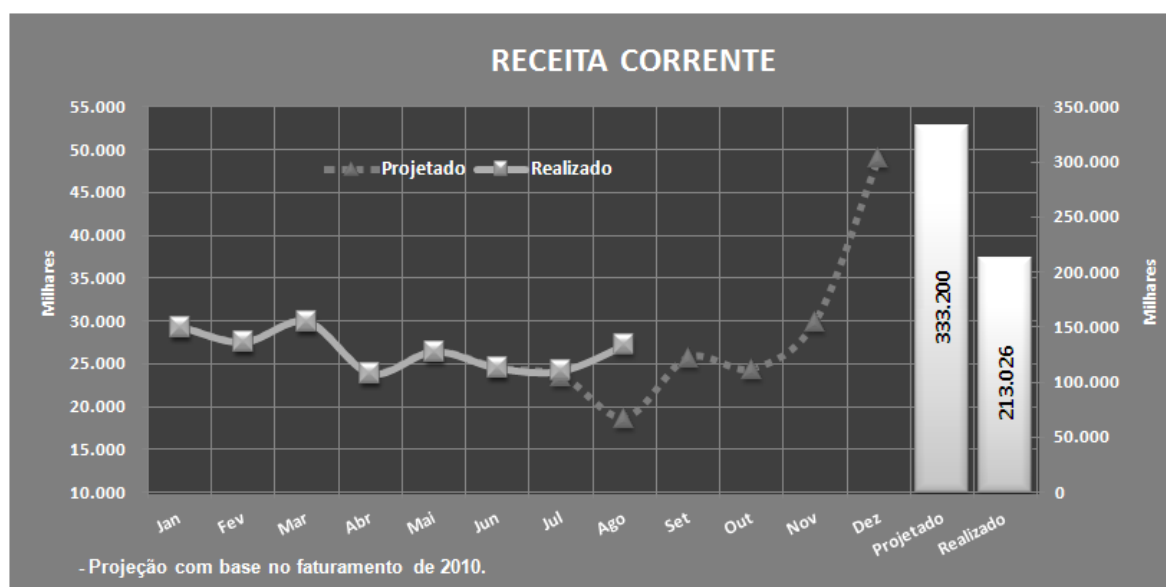
3.1 – RECURSOS

No 4º bimestre, os recursos disponíveis alcançaram o montante de R\$ 265,1 milhões, sendo R\$ 213,0 milhões em Receitas Correntes e R\$ 20,3 milhões em Receitas do Tesouro para aumento de patrimônio líquido. O Disponível Inicial do Balanço foi de R\$ 23,6 milhões, representado, em sua maior parte, por saldo financeiro de recursos do Tesouro de exercícios anteriores, no valor de R\$ 15,5 milhões.

3.1.1 - Receitas Correntes

As Receitas Correntes, de Geração Própria (Receita Operacional, Não Operacional e Recuperação de Vencimentos), alcançaram um faturamento de 64% da previsão reprogramada anual, correspondendo a R\$ 213,0 milhões.

As Receitas Operacionais, Não Operacionais e Recuperação de Vencimentos atingiram, respectivamente, 58%, 180% e 96% da previsão. (ver gráficos 3 e 4, no anexo III). O item Não-Operacional obteve um índice excessivo em decorrência da aplicação de multas em contratos de arrendamento no valor de R\$ 12,5 milhões.



CDRJ

Faturamento por Contrato – 2011

	<i>Previsão/2011 (IGP-M 4,7)</i>	<i>Total Faturado</i>	<i>% Exec</i>
Sede			
<i>Recuperação de vencimentos</i>	10.306.488,66	7.832.629,97	76,0
<i>Receitas Diversas</i>	0,00	1.086.717,98	0,0
Total SEDE	10.306.488,66	8.919.347,95	86,5
Porto do Rio			
<i>Cais Público</i>	77.827.808,34	36.778.223,13	47,3
<i>Moinho Cruzeiro Sul</i>	1.435.427,24	490.115,47	34,1
<i>Multi-Rio (*)</i>	25.081.507,05	20.536.105,91	81,9
<i>Libra Terminal Rio (**)</i>	4.580.837,78	3.912.931,75	85,4
<i>Multi-Car Terminal Veículos</i>	5.409.364,69	3.460.402,00	64,0
<i>Pier Mauá</i>	6.584.756,91	4.506.174,63	68,4
<i>Triunfo (S.Cristóvão)</i>	5.866.832,83	3.685.068,17	62,8
<i>Terminais Privativos</i>	20.411.757,59	11.581.676,14	56,7
Total do SUPRIO	147.198.292,43	84.950.697,20	57,7
Porto de Niterói			
<i>Cais Publico</i>	613.481,75	459.257,66	74,9
<i>Terminal 1 – Nitport</i>	568.732,29	365.482,20	64,3
<i>Terminal 2 – Nitshore</i>	1.673.231,43	1.072.498,92	64,1
Total GERNIT	2.855.445,47	1.897.238,78	66,4
Porto de Angra dos Reis			
<i>Cais Público</i>	1.467.514,58	240.793,36	16,4
<i>Terminal Arrendado-Angraporto</i>	2.507.500,75	1.714.804,38	68,4
<i>Terminais Privativos</i>	8.057,57	0,00	0,0
Total GERANG	3.983.072,90	1.955.597,74	49,1
Porto de Itaguaí			
<i>Cais Publico</i>	3.952.590,32	2.849.142,62	72,1
<i>Terminais Arrendados</i>	164.847.106,19	112.454.200,48	68,2
<i>CSN</i>	83.707.019,33	63.401.237,14	75,7
<i>Valesul</i>	4.061.053,07	2.415.055,53	59,5
<i>Sepetiba Tecon</i>	1.721.695,37	662.796,02	38,5
<i>CPBS</i>	75.357.338,42	45.975.111,79	61,0
<i>Terminais Privativos</i>	57.004,03	0,00	0,0
Total ITAPOR	168.856.700,54	115.303.343,10	68,3
TOTAL GERAL	333.200.000,00	213.026.224,77	63,9

(*) Multa aplicada ao contrato nº 10/1998 no valor de R\$ 9,0 milhões.

(**) Multa aplicada ao contrato nº 11/1998 no valor de R\$ 3,5 milhões.

Obs.: ver gráfico 5, no anexo III.

3.1.2 - Receitas de Capital.

A Lei 12.381/11 (LOA-11) aprovou R\$ 80,0 milhões a título de Receitas de Capital/Recursos do Tesouro para Aumento de Capital.

Os Decretos s/nº, de 28/01/2011 e de 24/06/2011 e a Portaria DEST/MPOG nº 124 de 01/06/2011, reabriram créditos inscritos em Restos a Pagar relativos a 2010, totalizando R\$ 47,1 milhões perfazendo R\$ 127,1 milhões.

A Receita com recursos do tesouro para Aumento do Patrimônio Líquido foi reprogramado para R\$ 347,7 milhões sendo, R\$ 127,1 milhões para investimentos com recursos do tesouro, R\$ 212,5 milhões para saneamento financeiro (Lei 12.178/2009 e 12.410/2011) e R\$ 8,1 milhões referente ao saldo financeiro do Convênio com a Prefeitura do Rio de Janeiro relativo à construção do novo acesso ao Porto do Rio.

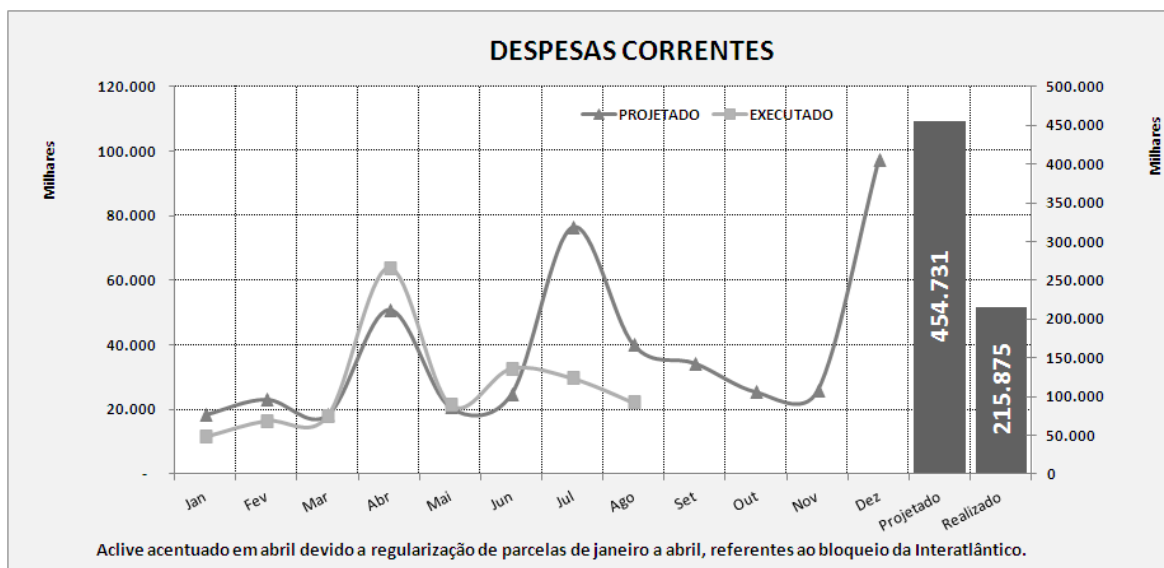
Foram repassados financeiramente R\$ 20,3 milhões, sendo R\$ 20,0 milhões referente ao saneamento financeiro aprovado pela Lei nº 12.178/2009 e R\$ 361,7 mil de Restos a Pagar de 2010 da ação “12LI - Implantação de 3 Píeres de Atracação no Porto do Rio de Janeiro (RJ)”.

3.2 - DISPÊNDIOS

3.2.1 - CORRENTES

A execução dos Dispêndios Correntes representou 47% da dotação reprogramada de R\$ 454,7 milhões, alcançando R\$ 215,9 milhões.

Na composição dos gastos, as despesas com maior relevância foram Pessoal (36,9%) e Dívida Judicial Cível (37,6%), que juntas representaram 74,5% do total realizado.



3.2.1.1 – PESSOAL

Dotação reprogramada de R\$ 141,1 milhões, atendendo o pedido de suplementação da SUPREC. Foram executados R\$ 79,9 milhões, correspondendo a 57% do reprogramado, estando dentro da margem de previsão para o período. (ver gráfico 2, no anexo IV).

3.2.1.2 – MATERIAL DE CONSUMO E SERVIÇOS DE TERCEIROS

Executados R\$ 336,0 mil e R\$ 18,5 milhões, respectivamente.

Apresentam baixa execução (21% e 28%) em relação ao limite reprogramado para o exercício em virtude do contingenciamento para novas contratações.

Em *Material* foram executadas despesas para manutenção de estoque de almoxarifado.

Em *Serviços de Terceiros* foram executados R\$ 10,8 milhões em Dispêndios Indiretos de Pessoal, R\$ 3,1 milhões em Prestação de Serviços Técnicos, R\$ 3,8 milhões em Manutenção e Conservação e R\$ 0,8 milhão nos demais Serv. Terceiros.

3.2.1.3 – ENCARGOS DIVERSOS

Dotação reprogramada de R\$ 245,6 milhões para o grupo, tendo como valores relevantes os diversos bloqueios judiciais, cíveis e trabalhistas, em execução.

Foram executados no período R\$ 117,1 milhões, correspondendo a 48% da dotação reprogramada (vide gráfico 5, no anexo IV).

Segue abaixo a discriminação dos subgrupos e as respectivas execuções.

3.2.1.3.1 – UTILIDADES E SERVIÇOS / TRIBUTOS E ENCARGOS PARAFISCAIS / DÍVIDA EXTERNA

Utilidades e Serviços – Valores executados totalizando R\$ 5,2 milhões (56% do total reprogramado para a rubrica), estando dentro do previsto.

Tributos e Encargos Parafiscais – Executados R\$ 6,3 milhões (28%).

Baixa execução em relação à dotação aprovada, devido à mudança da base de cálculo para apuração do PIS/PASEP e COFINS do ITAPOR. Essa mudança diminuiu consideravelmente esses impostos, ocasionando economia nessa despesa.

Juros da Dívida Externa – Correspondente a duas parcelas anuais e fixas, em abril e setembro, dos contratos com o BIB e DMLP. Executados R\$ 0,3 milhões.

3.2.1.3.2 – DÍVIDA JUDICIAL

Dívida Judicial Trabalhista – Dotação reprogramada de R\$ 21,2 milhões. Tendo uma execução de R\$ 11,1 milhões. A execução dessa rubrica deve-se, principalmente, aos bloqueios em conta corrente.

Dívida Judicial Cível – Dotação reprogramada de R\$ 90,5 milhões, tendo sido executados R\$ 81,4 milhões (90%). Essa alta execução não se refletirá nos dois últimos bimestres visto a paralização da despesa mais significativa (bloqueio JP MORGAM e CIAM). Segue abaixo, a situação dos dois principais bloqueios cíveis:

- 1) Regularização do processo nº 1998.001.185286-0-11ª VC de JP MORGAM e CIAM, responsável pelo bloqueio de 40% da receita corrente, direto na arrecadação, o qual foi suspenso judicialmente em agosto. Executados R\$ 54,5 milhões, esse bloqueio era principal causador do desequilíbrio orçamentário e da extrapolação do grupo;
- 2) Regularização do processo nº 0102697-82.2009.8.19.0001-19ª VC/RJ de Brooklin Empreendimentos S/A, responsável pelo bloqueio de 20% da receita corrente, direto na arrecadação. Executados R\$ 18,2 milhões, passando a ser a despesa que mais compromete o equilíbrio orçamentário. Não há informações das áreas Jurídica e Financeira do montante a ser recolhido;

Obs.: A DIREXE autorizou o contingencimento de recursos necessários para a regularização dos bloqueios judiciais até o final do exercício. Em razão da suspensão do bloqueio da JP MORGAM e CIAM, encontra-se em estudo pela DIPLAN o pedido de descontingencimento à DIREXE das dotações contempladas.

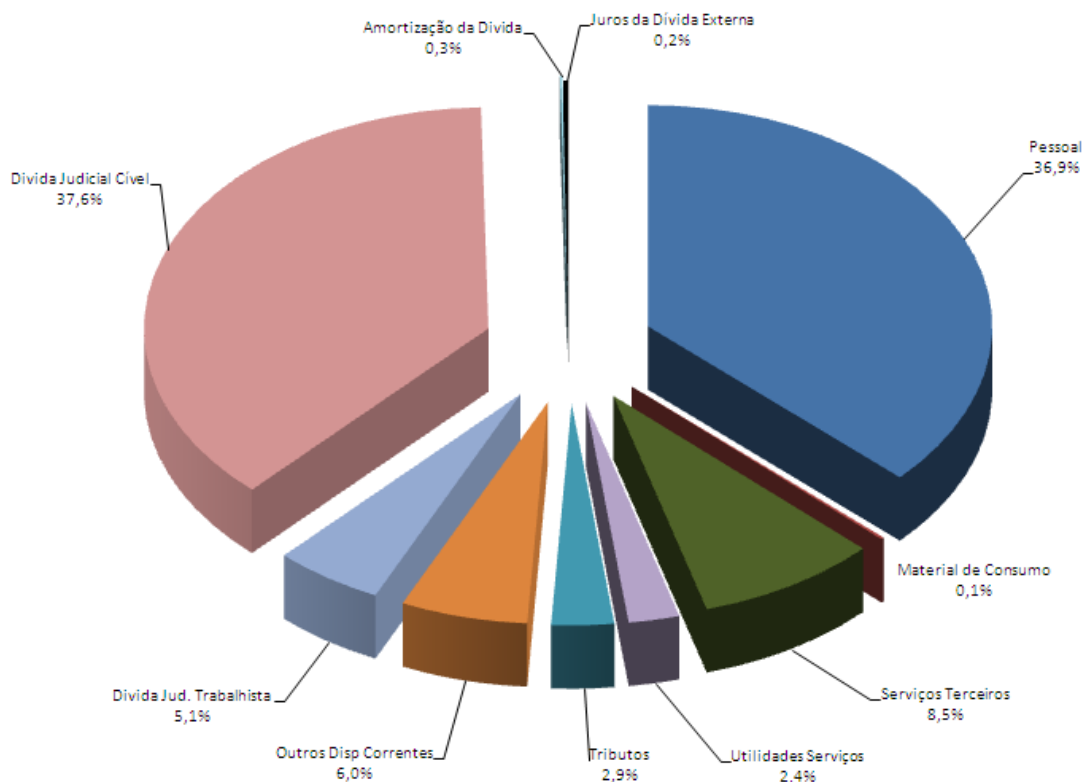
3.2.1.3.3 – OUTROS DISPÊNDIOS CORRENTES

Demais Dispêndios Correntes – Executados R\$ 10,2 milhões, representando 60% da Dotação reprogramada de R\$ 17,0 milhões. Nesse Grupo classificam-se as seguintes despesas: Desp. Miúdas, Despesas Legais, Seguros de Bens e de Pessoal e Contratos de Cessão de Crédito.

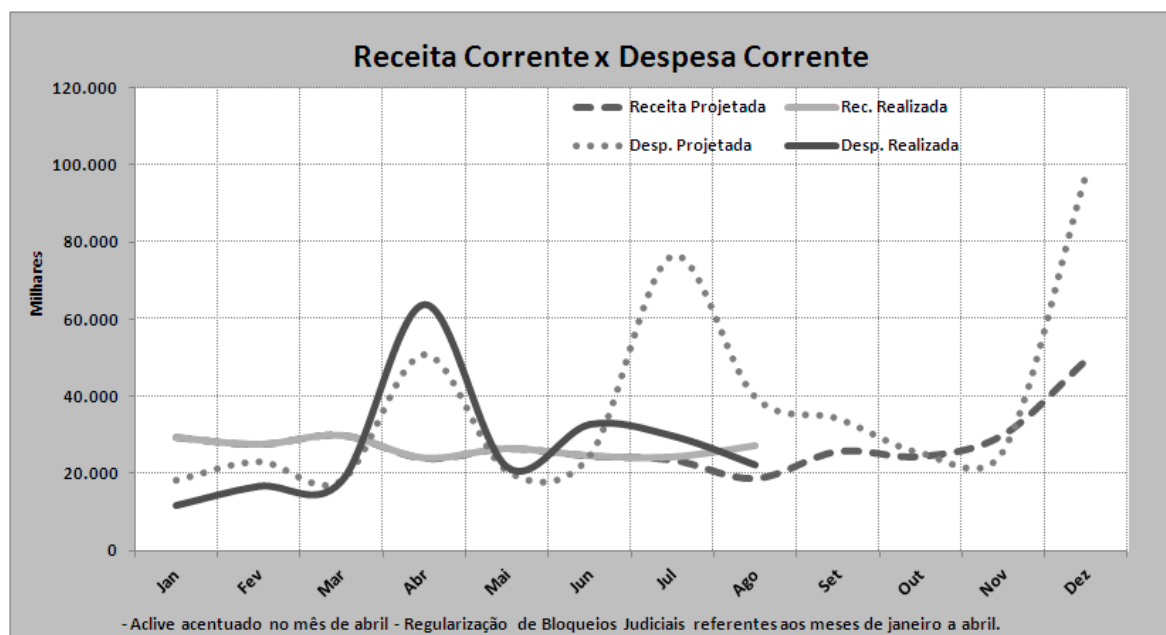
Aluguéis – Executados R\$ 754,9 mil (47%). Registrados no exercício, os contratos de característica “continuado”, oriundos do exercício de 2010: Viaturas, Equip. Radio Telec. e Telefonia, Sistema de Segurança Eletrônica, Maquinas Copiadoras e Sanitários Químicos.

Multas e Encargos Financeiros – Executados R\$ 1,9 milhões. Apresentou uma execução de 4% dentro da dotação reprogramada levando-se em consideração que R\$ 48,5 milhões dos R\$ 51,5 milhões, que foram inclusos na reprogramação, são referentes a recursos do tesouro para saneamento financeiro.

Representação % dos Dispendios de Custeio Executados



Item	Composição
Pessoal	Fl pagto, encargos sociais.
Material de Consumo	Material para estoque almoxarifado
Serviços. Terceiros	Encargos indiretos c/ Pessoal, serv manutenção, assessoria e consultoria, propaganda e publicidade.
Utilidades e Serviços	Energia, telefone, água e esgoto, correios.
Tributos	Pasep, IPTU, Foro, Cofins, Licença Ambiental, IPVA, Sal. Educação.
Juros Dívida Externa	Juros ref. Financ Externo (Serv. Dívida União).
Multas	Multas de IPTU, Pis, COFINS, IR, ISS, multas relativas parcelam débito tributário e outras.
Divida. Trabalhista	Depósitos, acordos e bloqueios da Justiça Trabalhista.
Divida. Cível	Bloqueios e acordos da Justiça Cível, Dívida Ativa, Indenizações e Restituições.
Outros Disp. Correntes	Cessão de Créditos, Despesas Miúdas, Seguros de Bens e Pessoal, Despesas Legais e Judiciais, , Aluguéis de Viaturas, de Imóveis, de Radio e telefonia, de Sist Seg da Sede, de Máq. Copiadoras e de Embarcações.
Amortização da Dívida	Pagamento do principal do financiamento externo.



1.3 - Quadro PDG/2011 – Execução por Diretoria e Centro de Custo

PDG/2011 - Dispendios Correntes (desempenho por diretoria)

Diretoria		Reprogramado	Executado	%
DIRARH	SUPADM	7.045.962,50	3.640.901,42	51,7%
	SUPREC	162.271.638,48	91.953.138,19	56,7%
	SUPINF	20.671.600,00	8.296.474,62	40,1%
	SUPFIN	212.640.344,91	101.089.732,54	47,5%
Total		402.629.545,89	204.980.246,77	50,9%
DIRPRE	ASSCOM	804.350,00	415.221,83	51,6%
	GABPRE	198.010,00	90.725,49	45,8%
	SUPAUD	7.000,00	-	0,0%
	SUPGUA	224.285,00	-	0,0%
	SUPJUR	14.874.774,11	5.956.633,33	40,0%
	SUPMAM	2.863.477,76	425.699,84	14,9%
Total		18.971.896,87	6.888.280,49	36,3%
DIRPLA	SUPLAN	1.205.432,81	8.667,72	0,7%
	SUPCOM	3.874.803,43	63.805,79	1,6%
	SUPDEP	253,00	253,00	100,0%
Total		5.080.489,24	72.726,51	1,4%
DIRGES	SUPENG	28.049.378,00	3.934.156,46	14,0%
Total		28.049.378,00	3.934.156,46	14,0%
Consolidado		454.731.310,00	215.875.410,23	47,5%

Análise do Desempenho por Diretoria - Pontos relevantes na execução.

DIRARH – 50,9%

SUPADM – Dentro do previsto conforme dotação aprovada.

SUPREC – Acima do previsto conforme dotação aprovada, em especial no Grupo de Pessoal, prevista suplementação de R\$ 26,4 milhões a ser incluída na Reprogramação.

SUPINF – Abaixo do previsto para o período, conforme dotação aprovada. Diversos processos em andamento em fase de licitação.

SUPFIN – Extrapolação devida aos bloqueios judiciais da CIAM e Brooklin que juntos retem 60% da receita direto nos arrendatários e não estão previstos no PDG. O bloqueio da CIAM (40%) suspenso judicialmente a partir de agosto.

DIRPRE – 36,3%

ASSCOM – Dentro do previsto conforme dotação aprovada.

GABPRE – Dentro do previsto conforme dotação aprovada.

SUPAUD – Os recursos autorizados para aquisição de assinaturas, não foram aplicados pelo gestor.

SUPGUA – Os recursos autorizados para a área não foram aplicados pelo gestor.

SUPJUR – Abaixo do previsto para o período, ocasionado, principalmente, pela baixa execução dos processos trabalhistas.

SUPMAM – Baixa execução dos recursos autorizados. Não foi iniciada a contratação dos serviços de “Elaboração do Plano Emergencial”, “Elaboração PGRS”, “Elaboração do Sistema de Informações Ambientais” e “Auditoria Ambiental”.

DIRPLA – 1,4%

SUPLAN – Baixa execução dos recursos autorizados devido à suspensão da contratação do Plano Diretor/Planejamento Estratégico.

SUPCOM – Os recursos autorizados para serviços de assessoria e consultoria técnica solicitados pela área não foram compromissados para novas contratações.

SUPDEP – Suspensão da gestão do fundo fixo.

DIRGES – 14,0%

SUPENG – Não foram aplicados os recursos autorizados para aquisição de materiais diversos. Baixa execução nas contas relativas a Serviços de Terceiros, exceto na conta de assessoria técnica. As contratações relativas à Manutenção de Bens Móveis e Conservação de Bens Imóveis estão em andamento.

(Detalhamento completo no ANEXO I)

3.2.2 – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

3.2.2.1 – Créditos para Investimentos

Base Legal	Suplementação	Cancelamento	Total Aprovado
Decreto s/nº, de 28/01/2011	R\$ 31.000.000	R\$ 0	R\$ 31.000.000
Lei nº 12.381, de 09/02/2011 (LOA/2011)	R\$ 124.148.499	R\$ 0	R\$ 124.148.499
Portaria nº 124, de 01/06/2011	R\$ 12.914.605	(R\$ 12.914.605)	R\$ 0
Decreto s/nº, de 24/06/2011	R\$ 3.149.565	R\$ 0	R\$ 3.149.565
Créditos em Andamento	R\$ 4.727.211	(R\$ 5.435.655)	(R\$ 708.444)
TOTAL	R\$ 175.939.880	(R\$ 18.350.260)	R\$ 157.589.620

Fixado, pela Lei 12.381 de 09 de fevereiro de 2011 (LOA-11), para o Orçamento de Investimentos o valor de R\$ 124,1 milhões, sendo R\$ 118,3 milhões com recursos do Tesouro e R\$ 5,8 milhões com recursos próprios.

O detalhamento do Orçamento de Investimentos foi divulgado como Suplemento “B” da Lei 12.381/10 (LOA-11) em 23/02/2010.

Os Decretos s/nº, de 28/01/2011 e 24/06/2011, reabriram créditos inscritos em Restos a Pagar referentes ao exercício de 2010 no total de R\$ 34,1 milhões.

A Portaria/DEST nº 124 de 01/06/2010, remanejou créditos não aplicados para diversas ações de investimentos.

Apresentou execução de R\$ 3,5 milhões (2,2%). Baixa execução ocasionada pelos seguintes fatos:

- 1) Os processos de investimentos de maior relevância relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2 e PAC da Copa), permanecem nas fases de estudo de viabilidade técnica e ambiental e de licitação;

AÇÕES DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC-2 E PAC DA COPA	
12LG - Reforço Estrutural do Cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro (RJ)	R\$ 12.000.000
12LH - Reforço Estrutural do Cais de São Cristóvão no Porto do Rio de Janeiro (RJ)	(*) R\$ 8.000.000
12LI - Implantação de 3 Píeres de Atracação no Porto do Rio de Janeiro (RJ)	R\$ 78.000.000
TOTAL	R\$ 98.000.000

(*) Dotação será remanejada para a ação 12LG.

- 2) Outros processos aguardando a liberação dos recursos aprovados na LOA/2011 para início da execução.

(Anexo II, detalhamento do Orçamento de Investimentos)